



REVISTA
Casa da

ISSN 2316-8056

GEOGRAFIA
de Sobral

ANÁLISE ESPAÇO-TEMPORAL NA AQUISIÇÃO DE DIREITOS TRABALHISTAS NO CAMPO BRASILEIRO

Space-time analysis in the acquisition of labor rights in the brazilian countryside

Análisis espacio-temporal en la adquisición de derechos laborales en el campo brasileño

 <https://doi.org/10.35701/rcgs.v27.1019>

Aurelane Alves Santana¹

Histórico do Artigo:

Recebido em 14 de maio de 2024

Aceito em 07 de agosto de 2025

Publicado em 14 de outubro de 2025

RESUMO

O presente texto visa aprofundar as metamorfoses econômicas e sócio-espaciais que caracterizaram a história da proletarianização no campo brasileiro a partir da década de 1930, período em que se iniciou efetivamente a politização da massa de trabalhadores rurais no país (IANNI, 2012). Este estudo desvenda a correlação espaço-temporal desse processo, destacando os diferentes ritmos de exploração entre trabalhadores urbanos e rurais. Foca-se na aquisição desigual de direitos e na ausência de uma legislação trabalhista abrangente que integrasse equitativamente a classe trabalhadora. Explorando a transformação das relações de trabalho no campo, o texto lança luz sobre fatores que contribuíram para a disparidade na inclusão dos trabalhadores rurais nas políticas laborais. A análise histórica e espacial revela como políticas públicas e estruturas econômicas moldaram as condições de vida e trabalho no campo, comparando-as com as urbanas. Examina-se o impacto das legislações trabalhistas e da modernização agrícola na vida rural, evidenciando lacunas e avanços ao longo das décadas. Este estudo contribui para uma compreensão mais abrangente das dinâmicas de proletarianização no Brasil, oferecendo uma perspectiva crítica sobre políticas de inclusão e desafios enfrentados pelos trabalhadores rurais. Compreender essas transformações é essencial para discutir políticas públicas mais justas e inclusivas no futuro.

Palavras-Chave: Proletarianização. Trabalhadores. Direitos trabalhistas.

¹Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Pós-Doutoranda em Geografia. Bolsista CNPq em parceria com FAPESQ/PB na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Email: aurelanesantana@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-1367-3549>

ABSTRACT

This text aims to delve into the economic and socio-spatial metamorphoses that characterized the history of proletarianization in the Brazilian countryside starting in the 1930s, a period when the politicization of the rural workforce in the country began effectively (IANNI, 2012). This study unveils the space-time correlation of this process, highlighting the different rhythms of exploitation between urban and rural workers. It focuses on the unequal acquisition of rights and the absence of comprehensive labour legislation that equitably integrated the entire working class. By exploring the transformation of labour relations in the countryside, the text sheds light on factors that contributed to the disparity in the inclusion of rural workers in labour policies. The historical and spatial analysis reveals how public policies and economic structures shaped living and working conditions in the countryside, comparing them with urban realities. It examines the impact of labour legislation and agricultural modernization on rural life, highlighting the gaps and advances over the decades. This study contributes to a broader understanding of the dynamics of proletarianization in Brazil, offering a critical perspective on inclusion policies and the challenges faced by rural workers. Understanding these transformations is essential for discussing more just and inclusive public policies in the future.

Keywords: Proletarianization. Workers. Labour rights.

RESUMEN

Este texto tiene como objetivo profundizar en las metamorfosis económicas y socio-espaciales que caracterizaron la historia de la proletarianización en el campo brasileño a partir de la década de 1930, un período en el que comenzó efectivamente la politización de la masa de trabajadores rurales en el país (IANNI, 2012). Este estudio desentraña la correlación espacio-temporal de este proceso, destacando los diferentes ritmos de explotación entre los trabajadores urbanos y rurales. Se enfoca en la adquisición desigual de derechos y en la ausencia de una legislación laboral integral que integrara equitativamente a la clase trabajadora. Al explorar la transformación de las relaciones laborales en el campo, el texto arroja luz sobre los factores que contribuyeron a la disparidad en la inclusión de los trabajadores rurales en las políticas laborales. El análisis histórico y espacial revela cómo las políticas públicas y las estructuras económicas moldearon las condiciones de vida y trabajo en el campo, comparándolas con las urbanas. Se examina el impacto de las legislaciones laborales y la modernización agrícola en la vida rural, destacando las brechas y los avances a lo largo de las décadas. Este estudio contribuye a una comprensión más amplia de las dinámicas de proletarianización en Brasil, ofreciendo una perspectiva crítica sobre las políticas de inclusión y los desafíos enfrentados por los trabajadores rurales. Comprender estas transformaciones es esencial para discutir políticas públicas más justas e inclusivas en el futuro.

Palabras clave: Proletarianización. Trabajadores. Derechos laborales.

INTRODUÇÃO

O presente estudo se propõe a explorar as metamorfoses econômicas e sócio-espaciais que definiram a história da proletarianização no campo brasileiro desde a década de 1930, momento em que a politização dos trabalhadores rurais começou a se efetivar (IANNI, 2012). Ao investigar a correlação espaço-temporal deste processo, a pesquisa busca evidenciar os diferentes ritmos de exploração impostos aos trabalhadores urbanos e rurais, destacando a aquisição desigual de direitos e a falta de uma legislação trabalhista que abarcasse de maneira equitativa toda a classe trabalhadora.

A análise centra-se na transformação das relações de trabalho no campo, examinando os fatores que contribuíram para a disparidade na inclusão dos trabalhadores rurais nas políticas laborais. A história revela que, enquanto os trabalhadores urbanos conseguiram conquistar direitos de forma mais rápida e

abrangente, os trabalhadores rurais enfrentaram um caminho árduo e lento para alcançar um patamar similar de reconhecimento e proteção legal.

A metodologia utilizada neste estudo é qualitativa, baseada na revisão da literatura existente, com ênfase nas obras de autores renomados como Martins (1981), Moreira (1990), Oliveira (2007), Ianni (2012), entre outros, que oferecem uma perspectiva crítica e detalhada sobre a politização e proletarianização dos trabalhadores rurais no Brasil. Nesse sentido, adota-se uma abordagem histórica e analítica, buscando compreender como as políticas públicas e as estruturas econômicas influenciaram as condições de vida e trabalho no campo.

Além disso, comparar as realidades urbana e rural do país proporciona uma visão clara das lacunas existentes na legislação trabalhista e das diferenças na implementação de políticas de modernização agrícola. A análise considera o impacto das reformas agrárias, a mecanização do campo e as políticas de crédito agrícola, que, embora tenham promovido avanços, também geraram novas formas de desigualdade e exploração.

Com base nessa estrutura, este texto aponta para a necessidade de uma revisão crítica das políticas públicas voltadas para o campo, enfatizando a importância de uma abordagem mais inclusiva e equitativa. O estudo revela que, apesar dos avanços na modernização agrícola e na inclusão de trabalhadores rurais nas políticas laborais, ainda existem significativas disparidades que precisam ser tratadas. A história da proletarianização no campo brasileiro é marcada por um contínuo processo de luta por direitos e reconhecimento, e a análise apresentada neste trabalho contribui para a compreensão das complexas dinâmicas que moldaram essa trajetória pelo menos até o período da ditadura militar.

PRODUÇÃO URBANA E RURAL E SEUS EFEITOS SOBRE A CLASSE TRABALHADORA

Para entender as nuances da formação do proletariado rural brasileiro, deve-se, segundo Ianni (2012), partir da revolução de 1930, pois dela resultou as mudanças de cunho social, econômico e político que levaram a sociedade agrária à uma posição de dependência em relação à sociedade urbana industrial em ascensão no período.

Tais mudanças alteraram a hierarquia espacial brasileira, sobrepondo o pujante poder agrário da época pelo domínio das classes urbanas emergentes², que foram se tornando hegemônicas na medida em que o setor industrial passou a controlar a (re)produção de capital em determinadas regiões do país. Como resultado disso, para além do delineamento do urbano como centro produtivo, essas

² Empresários industriais, classe média, militares, operários (IANNI, 2012, p. 128).

transformações reforçaram as estruturas do latifúndio e provocaram o aprofundamento da proletarização do campesinato, instituindo novos modos de submissão da força de trabalho e de relações laborais para o campo.

De acordo com Moreira (1990), esse momento foi marcado pelo avanço das forças produtivas que, ao promover rearranjos nos espaços regionais, alocou a “urbano-industrialização” como principal setor para o desenvolvimento da economia brasileira. Essa nova concepção de crescimento econômico provocou o declínio do predomínio secular da oligarquia agrária nacional no que tange aos ciclos econômicos vinculados à agroexportação, posto que agora buscou-se responder aos padrões internos de circulação de mercadorias e não mais, predominantemente, aos externos, como vinha ocorrendo desde os períodos colonial e imperial.

A partir daí a indústria desponta como o setor da economia que proporcionaria a acumulação de capital no Brasil e, com isso, há a “transferência do centro geográfico da acumulação capitalista do campo para a cidade” (MOREIRA, 1990, p. 55). A consolidação desse cenário permitiu a implementação de um novo modelo nacional de circulação e de divisão territorial do trabalho, promovendo mudanças na articulação entre regiões, que de “economias regionais nacionalmente organizadas” passaram a ser uma “economia nacional, regionalmente organizada” (MOREIRA, 1990).

Essa transição, ao passo em que deslocou a hegemonia econômica do campo para a cidade, reordenando a articulação e interdependência regional, ocasionou um desenvolvimento geográfico desigual e combinado que centrou na região Sudeste o grosso das indústrias e da produção de capital, gerando hierarquizações sociais, econômicas, políticas e espaciais. Em outras palavras, “a consolidação do comando da indústria sobre a agricultura e assim da cidade sobre o campo e do Sudeste sobre as outras regiões marca a integração industrial-mercantil do espaço nacional polarizado” (MOREIRA, 1990, p. 17).

Impulsionados, em parte, pela crise de 1929, os efeitos da revolução de 1930 no Brasil reverberaram ao longo daquela década e se intensificaram com a Segunda Guerra Mundial entre os anos de 1939 e 1945. O período foi marcado pela criação de condições ideais para o desenvolvimento da indústria, com as políticas econômicas governamentais priorizando o atendimento dos interesses da burguesia industrial nacional. Cabe destacar que nessa inversão de poder econômico, com nítidos incentivos à industrialização, o setor agrário não ficou isolado, à parte desse processo. As atividades desenvolvidas no campo foram mais profundamente penetradas pelo capital, com o excedente e produto do trabalho agrícola sendo controlados por outras esferas da economia, incluindo empresas e grupos econômicos estrangeiros.

A relação que se estabeleceu, portanto, permitiu que a cidade e também o exterior se apropriassem de parte do excedente econômico produzido pelo setor agrário, o que acabou deixando os espaços da produção agrícola e aqueles que os gerenciavam suplantados pelos interesses da burguesia industrial que, com maior poder econômico e político em mãos, conseguiram instituir sua hegemonia e subalternizar determinados setores. Assim, “de dominante o setor agrícola gradativamente se desloca para constituir-se em retaguarda do desenvolvimento urbano-industrial, atuando como uma de suas fontes de acumulação principais” (MOREIRA, 1990, p. 36).

Conforme Ianni (2012, p. 130), os meios e técnicas utilizadas pela sociedade urbana e industrial para reter parcela desse excedente são muitas e agem, geralmente, em conjunto. Dentre elas, estão:

- a) pouca informação sobre as condições do mercado de matérias-primas etc. produzidas no setor agrário; b) ação de grupos econômicos nacionais e estrangeiros, dedicados no geral a atividades industriais, empresas comerciais ou estabelecimentos bancários; c) atuação do sistema bancário, vinculado a empresas e grupos industriais nacionais e estrangeiros; d) funcionamento do sistema de comercialização dos produtos agrários (gêneros alimentícios, produtos tropicais, matérias-primas), relacionado com grupos econômicos ou empresas nacionais e internacionais.

Quando esses meios e técnicas são analisadas levando em conta apenas a aparência das relações, o processo de mercantilização dos produtos do trabalho agrícola mostra-se inteiramente equânime, evidenciando que “não se vê como é, mas como parece ser” (MARTINS, 1981, p. 156). Porém, trata-se, na verdade, de mecanismos embebecidos de relações cujas trocas acontecem de maneira desigual. Isso ocorre porque existem diferenças tanto na forma como a força de trabalho é desenvolvida no setor agrário e no setor industrial e em como atuam os grupos econômicos nacionais e internacionais nessas transações.

No que tange a essas distinções, embora a divisão do trabalho seja a mesma no rural e o urbano e o mercado tenda a igualar os trabalhos sociais, as atividades agrícolas necessitam de um maior contingente de força de trabalho e o proletário rural trabalha mais horas do que o operário da cidade para conseguir um mesmo *quantum* de produto de trabalho. Para além das questões históricas de precariedade intrínsecas ao trabalho no campo brasileiro, essa discrepância do trabalhador rural em relação ao operário resulta, em parte, das condições naturais que limitam a reprodução de capital nesse espaço e das ações dos diferentes agentes econômicos³ na apropriação e repartição do excedente

³ Como já apresentado no tópico anterior, são eles: “o proprietário, o arrendatário da terra, o comerciante de produtos agrícolas na cidade, o comerciante no mercado mundial, a empresa industrial que consome matéria-prima de origem agrícola e o aparato governamental” (IANNI, 2012, p. 131).

econômico produzido, que fazem com que haja uma menor conservação do produto do trabalho pelo proletariado do campo em comparação ao operariado urbano. Sem contar, ainda, as fissuras que existem dentro da própria classe capitalista que levam à “disputa entre os capitalistas da agricultura e os monopólios industriais, no sentido de ver quem vai reter a maior fração da renda da terra” (OLIVEIRA, 2007, p. 32).

Nesse sentido, o trabalho agrícola consiste em um dos elos principais da cadeia de produção, circulação e apropriação de capital agrário (IANNI, 2012, p. 130). E são os fatores acima citados, sobretudo o caráter predatório desses agentes econômicos, que criam as condições para o surgimento entre os explorados de movimentos sociais e políticos por justiça social: o Messianismo, o Banditismo, a Liga Camponesa e o sindicato rural são exemplos (IANNI, 2012, p. 131). É justamente na conformação dessa organização coletiva que os trabalhadores, diante da situação de subalternação e exploração, articulam formas de resistência e os processos de luta por direitos.

RESISTÊNCIA E PROCESSOS DE LUTA POR DIREITOS NO CAMPO

É da correlação das condições de produção impostas pelo capitalismo, da exploração e extração do sobretrabalho e da apropriação do excedente de capital pelos capitalistas que decorre, contraditoriamente, a formação do proletariado. Na perspectiva econômica, a proletarianização rural acontece quando o camponês é transformado em trabalhador livre assalariado, estando, assim, separado dos meios de produção. Nas diferentes regiões do país, este processo apresentou peculiaridades e ritmos distintos, não sendo, portanto, um processo homogêneo e uniforme em todo o território brasileiro. Sobre essa espoliação dos meios de produção da massa camponesa, Oliveira (2007, p. 36) explica que é típico das relações capitalistas de produção promover tal despojamento, pois é através dele que “os trabalhadores devem aparecer no mercado como trabalhadores livres de toda a propriedade, exceto de sua própria força de trabalho”.

No que tange às diferenciações regionais no processo de proletarianização rural, Andrade (1980, p. 123) aponta que no Nordeste, no cultivo de cana-de-açúcar,

à proporção que o processo usineiro evolui, a área cultivada com cana vai aumentando e os proprietários não só restringem os sítios dos moradores, tirando-lhes as áreas mais favoráveis, como exigem dos mesmos cinco ou seis dias de serviço por semana nos seus canaviais, o que impede os trabalhadores de cuidarem dos seus roçados. Vai então se processando gradativamente a proletarianização da massa camponesa.

Com o desenvolvimento dessas relações capitalistas de produção “assentadas no processo de expropriação dos meios de produção dos trabalhadores”, exceto de “sua força de trabalho, para vendê-la ao capitalista; este sim, proprietário dos meios de produção” (OLIVEIRA, 2007, p. 36), modificam-se os vínculos culturais, morais, sociais, políticos e jurídicos típicos do rural e, conseqüentemente, ocasionam a formação do proletariado. Esse quadro de mudanças provocou a diminuição dos espaços de produção de subsistência dos trabalhadores, bem como o roubo do tempo de trabalho que era destinado a esses cultivos, rebaixando, assim, os níveis de reprodução da vida desses sujeitos e de suas famílias. Esse fenômeno, aponta Prado Jr. (1966), pode ser verificado na substituição do antigo colono nas fazendas de café de São Paulo por diaristas, por trabalhadores assalariados e, ainda, conforme Andrade (1980, p. 125), na região Nordeste, como discorre no seguinte trecho:

Nas zonas de grandes e de muitas usinas, no Sul do Pernambuco e no Norte de Alagoas, a proletarização dos trabalhadores já chegou ao auge. A maioria deles reside em casas localizadas nas sedes dos engenhos – lembrando antigas senzalas – e não tem direito de fazer lavouras. [...] Dá-se, assim, a proletarização crescente do trabalhador do campo. À proporção que aumenta a produção de açúcar e que se usa a técnica agrícola e industrial mais avançada, o homem do campo fica mais pobre, mais necessitado, com menos direitos [...]. Por isto, nessas áreas, os trabalhadores não se fixam mais; nada possuindo, vivem errantes, trabalhando hoje em um engenho, amanhã em outro. Uma trouxa, denominada geralmente de “bomba, é o único bem que transportam em suas sucessivas mudanças [...]

Como resultado da proletarização e, conseqüentemente, da pauperização cada vez maior dos trabalhadores rurais, ocorreram metamorfoses nos “valores culturais e dos padrões de comportamento individual e coletivo” (IANNI, 2012, p. 134) que evidenciaram o descontentamento social e econômico desses sujeitos. Andrade (1980, p. 126) observa que, dentro das peculiaridades regionais, na realidade nordestina, “os proprietários compreendendo isto, realizam pequenos trabalhos de assistência que servem de meros paliativos, sem conseqüências positivas, ou exercem medidas drásticas, violentas, para conter os anseios populares”.

Em geral, a insatisfação dos trabalhadores se expressa na organização de movimentos sociais que tem por objetivo protestar contra as estruturas de exploração e pobreza impostas aos trabalhadores, normalmente marcada por condições difíceis de vida e dos baixos salários. Como afirma Ianni (2012), perante o processo de proletarização rural no Brasil, isso pode ser constatado no messianismo (final do século XIX a início do século XX) de Canudos, Contestado, Caldeirão, etc., que, de caráter eminentemente “mágico-religioso”, consegue exprimir, por meio da religião, a situação de descontentamento da população diante das mudanças nas relações sociais de produção, resultando na

formação de comunidades autossustentáveis, baseadas na fé e na igualdade; no banditismo (surgimento no século XIX e desenvolvimento no século XX), principalmente na figura dos Cangaceiros no Sertão do Nordeste, que teve a sua origem ligada à violência destilada pelos fazendeiros e coronéis e aos problemas sociais e econômicos derivados disso; e mais contemporaneamente nas ligas camponesas (a partir de 1945) e no sindicato rural (década de 1960), que manifestam a problemática em torno da espoliação dos meios de produção do camponês, que o transforma em proletário subordinado ao fazendeiro.

As Ligas Camponesas surgem para reagir à essa comutação do camponês em trabalhador assalariado que implica no rebaixamento das condições de reprodução da vida, seja pela quadro social imposto à esse trabalhador ou pela impossibilidade dele conservar para si o produto (ou parte considerável do produto) de seu trabalho, já que

o capitalista faz retornar ao trabalhador, sob a forma de salário, apenas aquela parte do valor produzido (obviamente convertido em dinheiro) para que ele (o trabalhador) adquira no mercado o que precisa para reproduzir-se como trabalhador, ou seja, para que ele continue trabalhador, ou seja, para que ele continue trabalhador, e assim continue também vendendo sua força de trabalho para o capitalista (OLIVEIRA, 2007, p. 37).

Também, foi através das Ligas que o proletariado rural no Brasil se estabeleceu como uma nova categoria política. A existência delas evidenciaram os antagonismos, tensões e conflitos existentes no campo entre fazendeiros e trabalhadores nas condições gerais do desenvolvimento do capitalismo no país, tanto no que se refere à reforma agrária e a disputas por terra, que envolvem desde os processos de expropriação e expulsão de camponeses e a grilagem, quanto no que tange à exigência de melhores condições de trabalho, dos contratos realizados e da composição e vigência de uma legislação rural até então inexistente do campo brasileiro. Sobre a espacialização territorial e a massa integrante das Ligas Camponesas, Camargo *apud* Oliveira (2007, p. 108) discorre:

Com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural muitas Ligas transformaram-se em sindicatos rurais. No final de 1963 o movimento estava concentrado nos estados de Pernambuco e Paraíba e o seu apogeu como organização de trabalhadores rurais ocorreu no início de 1964, quando foi organizada a Federação das Ligas Camponesas de Pernambuco, da qual faziam parte 40 organizações, com cerca de 40 mil filiados no estado. Na Paraíba, Rio Grande do Norte, Acre e Distrito Federal (Brasília), onde ainda funcionava o movimento, o número de filiados era de aproximadamente 30 mil, congregando assim as Ligas Camponesas entre 70 e 80 mil pessoas na época.

O sindicalismo rural, por sua vez, é resultado das reivindicações dos trabalhadores, mas também da atuação do Estado, que aparece como um instrumento regulador das relações de produção capitalistas e do mercado de trabalho no setor agrário. De sua ação derivou, em 1963, a instituição do Estatuto do Trabalhador Rural, ampliando para o campo direitos trabalhistas que desde 1943 estavam em vigência na cidade com a Consolidação das Leis do Trabalho: férias, salário mínimo, repouso semanal remunerado e décimo terceiro mês. Já a previdência social, todavia, só foi estendida aos trabalhadores rurais no ano de 1971, revelando, assim, o grande atraso existente na implementação de leis laborais rurais em relação ao urbano (ANDRADE, 1980).

Este retardo na instituição e vigência de uma legislação trabalhista para o campo muito tem a ver com a ação das forças agrárias de impedir avanços na elaboração e promulgação de leis que abrangessem a massa de trabalhadores do campo e formalizassem as condições do contrato de trabalho nesse espaço. Principalmente no Nordeste, as forças econômicas agrárias comumente confundiam-se com as forças políticas, o que facilitava a manutenção das velhas estruturas sobretudo no que se refere à dominação e concentração de terras e à subordinação e exploração dos trabalhadores. Apesar disso, essa força do setor agrário foi sendo impactada na medida em que os antagonismos sociais e políticos se intensificavam, sendo revelados pela atuação das Ligas Camponesas que forçava a ação e interferência governamental na concessão de direitos.

Os sindicatos ganharam maior visibilidade no momento em que o Estatuto do Trabalhador Rural foi promulgado. A sua multiplicação pelo território agrário brasileiro teve o envolvimento de agentes sociais, políticos e religiosos, tais como a igreja católica, os partidos políticos e a Superintendência para a Reforma Agrária (Supra), órgão do governo federal que esteve em vigência entre o ano de 1963 e 1964. “Em 31 de dezembro de 1963 já havia no Brasil 270 sindicatos rurais e 10 federações sindicais oficialmente registrados. Além disso, outros 557 outros sindicatos, e outras 33 federações aguardavam o registro oficial” (IANNI, 2012, p. 143).

Enquanto organização social pela formalização do trabalho no campo, os sindicatos rurais assumiram um papel de luta mais moderada quando comparados ao movimento reivindicatório estabelecido e incorporado pelas Ligas Camponesas. Além disso, a sindicalização no campo ensejou uma “fase de burocratização da vida política do proletariado rural; o trabalhador rural, o sindicato e o aparato estatal se relacionam, com ou sem a mediação de partidos políticos” (IANNI, 2012, p. 143).

Com a ditadura militar em 1964, tanto as Ligas Camponesas como os sindicatos rurais sofreram violentas retaliações, inclusive com o assassinato de alguns seus dirigentes. Sob essa conjuntura política de dominação pela militarização do Estado, as ligas acabaram sendo consideradas ilegais e os sindicatos

sofreram forte interferência governamental, predominando, assim, interesses políticos e sociais adversos aos que eram requeridos por esses movimentos. Como resultado, houve o aguçamento das tensões e dos antagonismos sociais no espaço agrário, ocasionando de maneira ininterrupta, ainda que em menor amplitude e sobre brutal repressão dos agentes econômicos hegemônicos, a retomada das lutas dos trabalhadores.

É nesse sentido que Prado Jr. (2006, p. 79) vai afirmar que foi - e ainda é - somente através das lutas que é possível elevar os níveis de reprodução da massa de trabalhadores do campo, “sejam quais forem suas relações de trabalho e natureza da remuneração que recebem”. Desde a formação do proletariado rural, fica claro que o desenvolvimento do capitalismo no espaço agrário não proporcionou e não proporciona o aumento dos padrões de vida dos trabalhadores. Ao contrário disso, o que a sua expansão provocou e provoca até hoje é o rebaixamento cada vez maior das condições de reprodução da vida e de trabalho desses sujeitos. Assim, em toda a história de vigência do capitalismo, mudanças nesse sentido, em prol do proletariado, só ocorrem por meio da ação única da própria classe trabalhadora explorada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das metamorfoses econômicas e sócio-espaciais que caracterizaram a proletarização no campo brasileiro revela a complexidade e a profundidade das transformações ocorridas desde a revolução de 1930. Este período marcou um ponto de inflexão crucial na história brasileira, estabelecendo uma nova dinâmica entre os setores urbano e rural e redefinindo as bases econômicas e sociais do país. As análises de Ianni (2012) e Moreira (1990) são fundamentais para compreender como a ascensão da sociedade urbana industrial e a subsequente hegemonia urbana alteraram profundamente a hierarquia espacial e econômica do Brasil.

As mudanças advindas da revolução de 1930 desestabilizaram o tradicional poder agrário, transferindo o centro geográfico da acumulação capitalista do campo para a cidade. Este deslocamento não apenas consolidou o domínio da burguesia industrial emergente, mas também intensificou a proletarização dos trabalhadores rurais. A inserção do setor agrário na economia capitalista industrializou-se, mas com um viés que favorecia as classes urbanas e os interesses econômicos externos, exacerbando as desigualdades e promovendo uma exploração sistemática da força de trabalho rural.

A industrialização brasileira, intensificada durante e após a Segunda Guerra Mundial, consolidou um modelo de desenvolvimento econômico que privilegiava o setor urbano-industrial em detrimento do rural. Este processo foi caracterizado pela concentração das indústrias no Sudeste, resultando em um desenvolvimento geográfico desigual e combinado que perpetuou hierarquias sociais e regionais. A apropriação do excedente econômico do setor agrário por grupos econômicos nacionais e estrangeiros exemplifica como a industrialização exacerbou as disparidades existentes, subjugando o campo aos interesses urbanos.

As técnicas e meios utilizados pela sociedade urbana e industrial para controlar o excedente econômico produzido no campo, como a desinformação sobre o mercado de matérias-primas e a ação de grupos econômicos, revelam a face predatória do capitalismo agrário. Essas práticas, embora apresentadas sob uma aparência de equanimidade nas relações de troca, ocultam profundas desigualdades e formas de exploração que desfavorecem os trabalhadores rurais. A diferença nas condições de trabalho e na apropriação do excedente econômico entre o campo e a cidade ressalta a disparidade entre os setores e a perpetuação de uma estrutura social injusta.

A resistência dos trabalhadores rurais, manifestada através de movimentos sociais e políticos como o Messianismo, o Banditismo, as Ligas Camponesas e os sindicatos rurais, é uma resposta às condições opressivas e à exploração impostas pelo capitalismo. Essas formas de organização coletiva foram essenciais para articular a luta por direitos e a justiça social no campo. As Ligas Camponesas, em particular, desempenharam um papel crucial na politização dos trabalhadores rurais e na denúncia das condições de exploração, culminando na criação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963.

A análise das transformações no campo brasileiro sublinha a necessidade de uma revisão crítica das políticas públicas voltadas para o setor agrário. A integração dos trabalhadores rurais nas políticas laborais e o reconhecimento de seus direitos permanecem desafios cruciais. A história da proletarianização no campo é marcada por um contínuo processo de luta por direitos e reconhecimento, evidenciando a importância de políticas inclusivas que considerem as especificidades e os desafios enfrentados pelos trabalhadores rurais.

Em suma, o estudo das metamorfoses econômicas e sócio-espaciais no campo brasileiro desde a década de 1930 oferece uma visão crítica das desigualdades na aquisição de direitos entre trabalhadores urbanos e rurais. A conclusão aponta para a necessidade urgente de políticas públicas mais equitativas, que promovam uma integração justa e inclusiva dos trabalhadores rurais no desenvolvimento econômico do país. As resistências e lutas dos trabalhadores rurais são testemunhos

da busca incessante por justiça e igualdade, e a análise apresentada neste trabalho contribui para a compreensão das dinâmicas complexas que moldaram essa trajetória histórica.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 4. ed. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1980;
- IANNI, Octavio. **A formação do proletariado rural no Brasil – 1971**. In: A questão agrária no Brasil. O debate da esquerda – 1960-1980; STEDILE, João Pedro (Org.). 2ª Ed. Expressão Popular, 2012;
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**, Vozes, Petrópolis, 1981;
- MOREIRA, Ruy. **Formação do espaço agrário brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1990. 83p.;
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. 1ª ed. FFLCH, São Paulo, 2007, 184p.;
- PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006;